

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Unidade orçamentaria: Prefeitura Municipal de Terra Alta.

1.2. DEPARTAMENTOS:

Secretaria Municipal de Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1. A contratação do objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de procedimento licitatório, na forma de Pregão Eletrônico, pelo critério de Menor Preço por item, e observará os preceitos de direito público, além dos dispositivos legais pertinentes, notadamente às normas e procedimentos administrativos da Lei nº. 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/06, atualizada pela Lei Complementar nº 147/14, e da Lei nº. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor (CDC), bem como às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3. DO OBJETO E OBJETIVOS: BASE LEGAL: ART. 6º, XXIII, ALÍNEA "A"; ART. 18, II; E ART. 40, § 1º, I DA LEI Nº 14.133/2021:

3.1. Do Objeto

3.1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERRA ALTA/PÁ, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL**, para atender a demanda do corrente exercício.

3.1.2. A presente licitação se dá pela necessidade de aquisição de materiais elétricos para atender as demandas da Secretaria de Serviços Públicos de Terra Alta, com o intuito de garantir a segurança e eficiência na manutenção dos estabelecimentos públicos e vias públicas, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável da cidade.

4. DA GARANTIA DO OBJETO:

4.1. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

4.2. A empresa fornecedora dos bens/serviços será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

4.3. De acordo com o artigo 26 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) caso constatado algum vício ou quaisquer outras irregularidades nos materiais fornecidos, a Administração fornecerá à contratado relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas/sanadas em até 30 (trinta) dias de acordo com o artigo 18, parágrafo I, da mesma Lei.

4.4. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

4.5. Os produtos deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado, sem custo à Administração.

5. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Justificativa

5.1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERRA ALTA/PÁ, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

5.1.2. A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERRA ALTA/PÁ, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, por meio de Pregão Eletrônico é necessária, pois é essencial para manutenção dos serviços públicos básicos, assim como garantir o pleno funcionamento das atividades no exercício financeiro de 2025. Os produtos/serviços aqui elencados foram selecionados por cada órgão Ordenador de despesa, uma vez que, para o contínuo andamento das rotinas trabalho dos setores, bem como em relação ao atendimento de usuários e demais visitantes (autoridades, visitantes, comunidade empresarial e outros), tais produtos/serviços comuns precisam estar disponíveis, conforme a demanda dos setores.

5.2. Da Necessidade da Contratação

5.2.1. Optou-se pela contratação por Pregão Eletrônico, que será realizada conforme a Lei nº 14.133/21, a qual exige que a Administração Pública seja pautada por uma gestão planejada, organizada e eficiente, pelo que suas contratações devem considerar o equivalente ao período anual, tudo em respeito ao princípio da anualidade orçamentária, bem como em virtude da celeridade processual e da demanda a ser contratada, tendo em vista que, que há a necessidade de manutenção do serviço, objeto desta futura contratação.

5.2.2. Em relação à presente solicitação, o quantitativo estimado descrito no Documento de Formalização de Demanda-DFD, reflete a real demanda em comparação com os exercícios anteriores tendo em vista que esta municipalidade, por meio do Processo Administrativo, manifestou interesse em participar de processo para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERRA ALTA/PÁ, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

5.2.3. Nesse sentido justifica-se a necessidade da contratação objetivando o reabastecimento do estoque/manutenção dos serviços desta prefeitura e secretaria em detrimento do interesse público.

6. JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE ESTIMADA:

6.1. Visando efetuar um levantamento correto das quantidades aferidas na contratação do objeto, foi efetuado levantamento de quantitativos a partir do relatório de produtos/serviços compreendendo o período de Janeiro de 2023 à Setembro de 2024, conforme Planilhas de Lançamentos de saídas, bem como, o processo licitatório anterior. Dessa forma, procedeu-se a elaboração de planilha com a relação dos itens essenciais já cometidos para processo de Pregão Eletrônico, no sentido de suprir as demandas precípua do ano em curso da Prefeitura e Secretarias.

6.2. Para garantir que o quantitativo de materiais elétricos a serem adquiridos na presente licitação atenda adequadamente às necessidades da administração pública, foram realizados estudos e levantamentos das demandas ocorridas nos últimos anos. Com base nesse estudo, foi possível dimensionar as quantidades de materiais elétricos necessárias para atender às demandas da administração pública, garantindo assim a disponibilidade dos produtos para os projetos e atividades que serão realizados nos próximos anos. A utilização desse método permitiu uma estimativa mais precisa e objetiva do quantitativo necessário, evitando assim a aquisição de quantidades excessivas ou insuficientes de materiais elétricos.

Dessa forma, a justificativa do quantitativo de materiais elétricos apresentado na presente licitação está fundamentada em análises técnicas e dados reais de demanda da administração pública, o que garante uma compra eficiente e adequada às necessidades dos órgãos públicos envolvidos.

6.3. Ademais, a presente AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERRA ALTA/PÁ, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, vai contribuir para manter os serviços públicos e é necessário para o perfeito funcionamento do órgão, principalmente, considerando o avanço tecnológico ligado diretamente uso de internet, e outros de natureza afim, visando manter os serviços públicos em níveis aceitáveis.

6.4. Outrossim, a contratação visa atender as necessidades dos órgãos públicos que fazem uso de internet, para realização dos serviços públicos essenciais.

6.5. Além do mais, a contratação, visa garantir as atividades rotineiras da Prefeitura Municipal e Secretarias.

6.6. Por fim, justifica-se a contratação para melhor atender aos usuários dos serviços públicos do Município de Terra Alta.

6.7. Assim as quantidades foram definidas conforme o quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.	UNID.
1	Luminária pública de LED 40w com relé fotoelétrico	und	100
2	Luminária pública de LED 50w com relé fotoelétrico	und	100
3	Luminária pública de LED 80w com relé fotoelétrico	und	100
4	Luminária pública de LED 100w com relé fotoelétrico	und	100
5	Luminária pública de LED 150w com relé fotoelétrico	und	150
6	Braço para iluminação publica de LED 2,0m	und	250
7	Braço para iluminação publica de LED 2,5m	und	300
8	Lâmpada fluorescente compacta 15w	uni	400
9	Lâmpada fluorescente compacta 20w	uni	400
10	Lâmpada fluorescente compacta 25w	uni	400
11	Lâmpada fluorescente compacta 30w	uni	400
12	Lâmpada fluorescente tubular 40w	uni	400
13	Lâmpada fluorescente espiral 45w	uni	400
14	Relé fotoelétrico 15w a 70w bipolar	uni	1800
15	Base p/ relé fotoelétrico 15w a 70w	uni	1000
16	Relé fotoelétrico com base 220w	uni	200
17	Conector perfurante CDP 70	uni	150
18	Conector perfurante CDP 95	uni	400
19	Conector haste de aterramento	uni	250
20	Fita isolante de borracha autofusão x50m	m	400
21	Fita isolante adesiva antichama rolo 19mmx5m	uni	150
22	Fita isolante adesiva antichama rolo 19mmx10m	uni	150
23	Fita isolante adesiva antichama rolo 19mmx20m	uni	150
24	Cabo 1,5mm	m	2500
25	Cabo 2,5mm	m	5500
26	Cabo 4,0mm	m	3500
27	Cabo 6,0mm	m	2500
28	Cabo 10,0mm	m	600
29	Cordão Paralelo de 1,5mm	m	1200
30	Cordão Paralelo de 2,5mm	m	2200
31	Cabo flexível PP 2x2,5mm	m	700
32	Cabo flexível PP 3x2,5mm	m	500
33	Cabo flexível PP 4x2,5mm	m	400

34	Cabo de alumínio duplex - 10mm ²	m	1250
35	Cabo de alumínio triplex - 16mm ²	m	1000
36	Cabo de alumínio quadruplex - 25mm ²	m	1000
37	Quadro de medição padrão - monofásico	uni	60
38	Quadro de medição padrão - polifásico	uni	80
39	Disjuntor Unipolar de 10 A	uni	50
40	Disjuntor Unipolar de 16 A	uni	250
41	Disjuntor Unipolar de 20 A	uni	200
42	Disjuntor Unipolar de 25 A	uni	250
43	Disjuntor Unipolar de 32 A	uni	150
44	Disjuntor Unipolar de 40 A	uni	150
45	Disjuntor Unipolar de 50 A	uni	160
46	Disjuntor Unipolar de 63 A	uni	60
47	Disjuntor Bipolar de 10 A	uni	200
48	Disjuntor Bipolar de 16 A	uni	160
49	Disjuntor Bipolar de 20 A	uni	140
50	Disjuntor Bipolar de 32 A	uni	120
51	Disjuntor Bipolar de 40 A	uni	100
52	Disjuntor Bipolar de 50 A	uni	80
53	Disjuntor Bipolar de 63 A	uni	60
54	Disjuntor Tripolar de 10 A	uni	110
55	Disjuntor Tripolar de 16 A	uni	80
56	Disjuntor Tripolar de 20 A	uni	80
57	Disjuntor Tripolar de 32 A	uni	80
58	Disjuntor Tripolar de 40 A	uni	80
59	Disjuntor Tripolar de 50 A	uni	120
60	Disjuntor Tripolar de 63 A	uni	60
61	Quadro de Distribuição para 4 Disjuntores s/ barramento	uni	60
62	Bocal de louça base E40	uni	1400
63	Bocal de louça base E27	uni	2000
64	Braço para luminária pública 1,50m	uni	2000
65	Haste de aterramento em aço galvanizado tipo cantoneira h=2,0m 25x25mm #3/16"	uni	1000
66	Isolador de porcelana suspenso, disco tipo garfo olhal. DN=152mm 15KV	uni	1000
67	Caixa de inspeção em concreto p/ aterramento e para-raios DN=300mm	uni	600
68	Curva 90°, PVC rígido, de 1/2", p/ eletroduto	uni	500
69	Curva 90°, PVC rígido, de 3/4", p/ eletroduto	uni	800
70	Curva 90°, PVC rígido, de 1", p/ eletroduto	uni	400
71	Curva 90°, PVC rígido, de 1.1/2", p/ eletroduto	uni	400
72	Curva 90°, PVC rígido, de 1.1/4", p/ eletroduto	uni	200
73	Curva 135°, aço galvanizado, de 1/2", p/ eletroduto	uni	300

74	Curva 135°, aço galvanizado, de 3/4", p/ eletroduto	uni	500
75	Curva 135°, aço galvanizado, de 1", p/ eletroduto	uni	400
76	Curva 135°, aço galvanizado, de 1.1/2", p/ eletroduto	uni	200
77	Curva 135°, aço galvanizado, de 1.1/4", p/ eletroduto	uni	120
78	Curva 180°, PVC rígido, de 1/2", p/ eletroduto	uni	600
79	Curva 180°, PVC rígido, de 3/4", p/ eletroduto	uni	1000
80	Curva 180°, PVC rígido, de 1", p/ eletroduto	uni	500
81	Curva 180°, PVC rígido, de 1.1/2", p/ eletroduto	uni	400
82	Curva 180°, PVC rígido, de 1.1/4", p/ eletroduto	uni	300
83	Luva, PVC rígido, de 1/2", p/ eletroduto	uni	2400
84	Luva, PVC rígido, de 3/4", p/ eletroduto	uni	4000
85	Luva, PVC rígido, de 1", p/ eletroduto	uni	1200
86	Luva, PVC rígido, de 1.1/2", p/ eletroduto	uni	800
87	Luva, PVC rígido, de 1.1/4", p/ eletroduto	uni	400
88	Arruela em alumínio, c/ rosca, de 1/2", p/ eletroduto	uni	400
89	Arruela em alumínio, c/ rosca, de 3/4", p/ eletroduto	uni	800
90	Arruela em alumínio, c/ rosca, de 1", p/ eletroduto	uni	400
91	Arruela em alumínio, c/ rosca, de 1.1/2", p/ eletroduto	uni	300
92	Arruela em alumínio, c/ rosca, de 1.1/4", p/ eletroduto	uni	200
93	Bucha de redução, roscável, PVC rígido, 3/4"x1/2", p/ eletroduto	uni	400
94	Bucha de redução, roscável, PVC rígido, 1"x3/4", p/ eletroduto	uni	400
95	Bucha de redução, roscável, PVC rígido, 1.1/2"x1", p/ eletroduto	uni	200
96	Bucha de redução, roscável, PVC rígido, 1.1/4"x1.1/2", p/ eletroduto	uni	120
97	Refletor LED c/ placa solar 40w	uni	400
98	Refletor LED c/ placa solar 60w	uni	200
99	Refletor LED c/ placa solar 100w	uni	200
100	Refletor LED 40w	uni	400
101	Refletor LED 60w	uni	200
102	Refletor LED 100w	uni	200
103	Sensor de presença: Possui LED indicador de funcionamento que pisca a cada 0,5 segundos por detecção; Voltagem universal: 110V - 220V (Bivolt automático);	uni	200

7. DO ESTUDO TÉCNICO

7.1. Consta nos autos Estudo Técnico Preliminar.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS (ART. 6º, XIII DA LEI 14.133/21):

8.1. Os itens que integram o objeto deste Termo de Referência tratam-se de BENS COMUNS, em consonância ao que dispõe o inciso XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021, qual seja, bens "cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (BASE LEGAL: ART. 6º, XXIII, ALÍNEA "J" DA LEI 14.133/2021; ART. 30, XI DA IN 5/2017):

9.1. A programação orçamentária para cobertura das despesas decorrentes do presente Termo de Referência correrá por conta da dotação consignada no Orçamento do Município para o exercício 2025, na Fonte de recurso:

Órgão: 0202- Secretaria Municipal de Administração; Funcional Programática: 04.122.0037.2.008 – Manutenção da Unidade Administrativa – SEMAD.
Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 – Material de consumo.

Órgão: 0206- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Básico; Funcional Programática: 04.122.0037.2.027 – Manutenção da Secretaria Munic. de Obras e Serviços Básico;
15.452.0509.2.029 – Manutenção do Serviço de Iluminação Pública.
Classificação Econômica: 3.3.90.30.00 – Material de consumo.

10. DA ENTREGA/PRAZO/VIGÊNCIA: (BASE LEGAL: ARTS. 6º, X; 40, §1º, II; 95 DA LEI 14.133/21):

10.1. Da Entrega

10.1.1. Os itens deverão ser entregues na Prefeitura Municipal/Secretarias Vinculadas, nas conformidades com as especificações estabelecidas neste instrumento, bem como detalhadas nas condições da Ordem de Serviço/Compra, a ser entregue no mínimo de 4 dias úteis antes da entrega dos materiais à CONTRATANTE.

10.1.2 A execução do serviço será em horário comercial.

10.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 03 (três) dias úteis antes do início da entrega dos materiais gráficos, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

10.2. Do Prazo

10.2.1. O prazo para entrega/execução é de imediato, a partir do recebimento da nota de empenho ou ordem de compra.

10.3. Da Vigência

10.3.1. O prazo de vigência será contado a partir da assinatura do instrumento contratual ou documento equivalente por 12 (doze) meses.

11. DO RECEBIMENTO E CERTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS: (BASE LEGAL: ART. 140, II, DA LEI 14.133/2021):

11.1. O objeto deste Termo será recebido por comissão/servidor designado por portaria para este fim, em conformidade com o que rege Art. 140, inciso II, letras "a" e "b", da Lei 14.133/21.

11.2. A CONTRATADA deverá entregar os produtos/serviços de acordo com o prazo estipulado neste Termo de Referência e o recebimento será:

11.3. Provisório: no ato da entrega, para posterior verificação em conformidade com os produtos acerca das especificações em até 05 (cinco) dias;

11.4. Definitivo: após a verificação da qualidade e quantidade do produto/serviço e consequente aceitação em até 5 (cinco) dias.

11.5. Constatado que o objeto recebido não está em conformidade com este Termo de Referência/homologado, a comissão/servidor de recebimento comunicará a Contratada expondo as razões da recusa e notificando-a, a efetuar o fornecimento do objeto homologado no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, sem qualquer ônus a Contratante;

11.6. Decorrido o prazo estipulado da notificação, sem a devida substituição do recusado, em ato continuo será dado ciência ao gestor da pasta, visando, sobre tudo a instauração de Processo Administrativo para a aplicação das sanções e penalidades face à adjudicatária, nos termos do Termo de Referência, subsidiariamente à Lei 14.133/21.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: (BASE LEGAL: ART. 141, INCISO I, DA LEI 14.133/21):

O pagamento, decorrente da entrega dos materiais objetos deste Termo de Referência de cada solicitação/requisição, será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do aceite definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 141, combinado com o art. 140 da Lei nº 14.133/21.

Em conformidade com o Decreto nº 27.546, de 20 de outubro de 2022 - Nova Retenção de IRRF e a IN nº 1.234/2012, todos os documentos fiscais emitidos deverão apresentar o destaque do Imposto de Renda.

Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI não estarão sujeitas à retenção de IR. No entanto, esta condição deverá ser comprovada juntamente com o documento fiscal a ser entregue para pagamento.

Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão requerente ao seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras.

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

O órgão requerente efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX/100) \times 365 \times EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

X = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem

auferidos em função dos materiais, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.

O prazo para pagamento da Nota Fiscal só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.

A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

Diante da conferência, a Nota Fiscal deverá ser atestada pela Comissão designada, conforme disposto no artigos 115 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

É condição para o pagamento do valor constante da nota fiscal/fatura, a comprovação de regularidade fiscal com a apresentação ou atualização quando for o caso das seguintes certidões: CRF - Certificado de Regularidade Fiscal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão negativa de débitos junto a Receita Federal relativa a tributos e contribuições federais, certidão negativa de débitos Estadual, certidão negativa de débitos municipais e certidão negativa de débitos trabalhistas.

13. DA ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO:

13.1. Os bens que constituem o objeto em questão estão especificados e estimados na tabela descrita abaixo, devendo ser observadas todas as características e quantidades exigidas.

AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.	UNID.	MÉDIA DOS PREÇOS OBTIDOS	PREÇO TOTAL
1	Luminária pública de LED 40w com relé fotoelétrico	und	100	R\$ 327,00	R\$ 32.700,00
2	Luminária pública de LED 50w com relé fotoelétrico	und	100	R\$ 202,65	R\$ 20.265,00
3	Luminária pública de LED 80w com relé fotoelétrico	und	100	R\$ 214,33	R\$ 21.433,00
4	Luminária pública de LED 100w com relé fotoelétrico	und	100	R\$ 196,69	R\$ 19.669,00
5	Luminária pública de LED 150w com relé fotoelétrico	und	150	R\$ 325,63	R\$ 48.844,50
6	Braço para iluminação publica de LED 2,0m	und	250	R\$ 71,66	R\$ 17.915,00
7	Braço para iluminação publica de LED 2,5m	und	300	R\$ 130,23	R\$ 39.069,00
8	Lâmpada fluorescente compacta 15w	uni	400	R\$ 11,19	R\$ 4.476,00
9	Lâmpada fluorescente compacta 20w	uni	400	R\$ 13,67	R\$ 5.468,00
10	Lâmpada fluorescente compacta 25w	uni	400	R\$ 19,61	R\$ 7.844,00
11	Lâmpada fluorescente compacta 30w	uni	400	R\$ 27,54	R\$ 11.016,00

12	Lâmpada fluorescente tubular 40w	uni	400	R\$ 12,98	R\$ 5.192,00
13	Lâmpada fluorescente espiral 45w	uni	400	R\$ 40,43	R\$ 16.172,00
14	Relé fotoelétrico 15w a 70w bipolar	uni	1800	R\$ 16,41	R\$ 29.538,00
15	Base p/ relé fotoelétrico 15w a 70w	uni	1000	R\$ 9,07	R\$ 9.070,00
16	Relé fotoelétrico com base 220w	uni	200	R\$ 26,40	R\$ 5.280,00
17	Conector perfurante CDP 70	uni	150	R\$ 11,27	R\$ 1.690,50
18	Conector perfurante CDP 95	uni	400	R\$ 9,30	R\$ 3.720,00
19	Conector haste de aterramento	uni	250	R\$ 10,93	R\$ 2.732,50
20	Fita isolante de borracha autofusão x50m	m	400	R\$ 100,50	R\$ 40.200,00
21	Fita isolante adesiva antichama rolo 19mmx5m	uni	150	R\$ 5,99	R\$ 898,50
22	Fita isolante adesiva antichama rolo 19mmx10m	uni	150	R\$ 3,95	R\$ 592,50
23	Fita isolante adesiva antichama rolo 19mmx20m	uni	150	R\$ 10,45	R\$ 1.567,50
24	Cabo 1,5mm	m	2500	R\$ 1,47	R\$ 3.675,00
25	Cabo 2,5mm	m	5500	R\$ 6,78	R\$ 37.290,00
26	Cabo 4,0mm	m	3500	R\$ 3,03	R\$ 10.605,00
27	Cabo 6,0mm	m	2500	R\$ 5,42	R\$ 13.550,00
28	Cabo 10,0mm	m	600	R\$ 9,66	R\$ 5.796,00
29	Cordão Paralelo de 1,5mm	m	1200	R\$ 2,71	R\$ 3.252,00
30	Cordão Paralelo de 2,5mm	m	2200	R\$ 3,88	R\$ 8.536,00
31	Cabo flexível PP 2x2,5mm	m	700	R\$ 6,84	R\$ 4.788,00
32	Cabo flexível PP 3x2,5mm	m	500	R\$ 8,00	R\$ 4.000,00
33	Cabo flexível PP 4x2,5mm	m	400	R\$ 11,79	R\$ 4.716,00
34	Cabo de alumínio duplex - 10mm ²	m	1250	R\$ 5,24	R\$ 6.550,00
35	Cabo de alumínio triplex - 16mm ²	m	1000	R\$ 6,42	R\$ 6.420,00
36	Cabo de alumínio quadruplex - 25mm ²	m	1000	R\$ 15,61	R\$ 15.610,00
37	Quadro de medição padrão - monofásico	uni	60	R\$ 81,14	R\$ 4.868,40
38	Quadro de medição padrão - polifásico	uni	80	R\$ 285,99	R\$ 22.879,20
39	Disjuntor Unipolar de 10 A	uni	50	R\$ 7,71	R\$ 385,50
40	Disjuntor Unipolar de 16 A	uni	250	R\$ 7,41	R\$ 1.852,50
41	Disjuntor Unipolar de 20 A	uni	200	R\$ 10,25	R\$ 2.050,00
42	Disjuntor Unipolar de 25 A	uni	250	R\$ 9,02	R\$ 2.255,00
43	Disjuntor Unipolar de 32 A	uni	150	R\$ 8,87	R\$ 1.330,50
44	Disjuntor Unipolar de 40 A	uni	150	R\$ 10,56	R\$ 1.584,00
45	Disjuntor Unipolar de 50 A	uni	160	R\$ 8,68	R\$ 1.388,80
46	Disjuntor Unipolar de 63 A	uni	60	R\$ 8,63	R\$ 517,80
47	Disjuntor Bipolar de 10 A	uni	200	R\$ 34,49	R\$ 6.898,00
48	Disjuntor Bipolar de 16 A	uni	160	R\$ 27,80	R\$ 4.448,00
49	Disjuntor Bipolar de 20 A	uni	140	R\$ 24,82	R\$ 3.474,80
50	Disjuntor Bipolar de 32 A	uni	120	R\$ 26,03	R\$ 3.123,60
51	Disjuntor Bipolar de 40 A	uni	100	R\$ 22,34	R\$ 2.234,00
52	Disjuntor Bipolar de 50 A	uni	80	R\$ 22,71	R\$ 1.816,80
53	Disjuntor Bipolar de 63 A	uni	60	R\$ 27,09	R\$ 1.625,40
54	Disjuntor Tripolar de 10 A	uni	110	R\$ 31,83	R\$ 3.501,30

55	Disjuntor Tripolar de 16 A	uni	80	R\$ 34,13	R\$ 2.730,40
56	Disjuntor Tripolar de 20 A	uni	80	R\$ 38,45	R\$ 3.076,00
57	Disjuntor Tripolar de 32 A	uni	80	R\$ 36,29	R\$ 2.903,20
58	Disjuntor Tripolar de 40 A	uni	80	R\$ 36,54	R\$ 2.923,20
59	Disjuntor Tripolar de 50 A	uni	120	R\$ 44,44	R\$ 5.332,80
60	Disjuntor Tripolar de 63 A	uni	60	R\$ 45,42	R\$ 2.725,20
61	Quadro de Distribuição para 4 Disjuntores s/ barramento	uni	60	R\$ 31,09	R\$ 1.865,40
62	Bocal de louça base E40	uni	1400	R\$ 10,28	R\$ 14.392,00
63	Bocal de louça base E27	uni	2000	R\$ 3,79	R\$ 7.580,00
64	Braço para luminária pública 1,50m	uni	2000	R\$ 37,52	R\$ 75.040,00
65	Haste de aterramento em aço galvanizado tipo cantoneira h=2,0m 25x25mm #3/16"	uni	1000	R\$ 56,40	R\$ 56.400,00
66	Isolador de porcelana suspenso, disco tipo garfo olhal. DN=152mm 15KV	uni	1000	R\$ 29,73	R\$ 29.730,00
67	Caixa de inspeção em concreto p/ aterramento e para-raios DN=300mm	uni	600	R\$ 48,35	R\$ 29.010,00
68	Curva 90°, PVC rígido, de 1/2", p/ eletroduto	uni	500	R\$ 2,42	R\$ 1.210,00
69	Curva 90°, PVC rígido, de 3/4", p/ eletroduto	uni	800	R\$ 2,48	R\$ 1.984,00
70	Curva 90°, PVC rígido, de 1", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 4,14	R\$ 1.656,00
71	Curva 90°, PVC rígido, de 1.1/2", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 4,95	R\$ 1.980,00
72	Curva 90°, PVC rígido, de 1.1/4", p/ eletroduto	uni	200	R\$ 8,65	R\$ 1.730,00
73	Curva 135°, aço galvanizado, de 1/2", p/ eletroduto	uni	300	R\$ 9,30	R\$ 2.790,00
74	Curva 135°, aço galvanizado, de 3/4", p/ eletroduto	uni	500	R\$ 5,01	R\$ 2.505,00
75	Curva 135°, aço galvanizado, de 1", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 6,13	R\$ 2.452,00
76	Curva 135°, aço galvanizado, de 1.1/2", p/ eletroduto	uni	200	R\$ 17,12	R\$ 3.424,00
77	Curva 135°, aço galvanizado, de 1.1/4", p/ eletroduto	uni	120	R\$ 16,61	R\$ 1.993,20
78	Curva 180°, PVC rígido, de 1/2", p/ eletroduto	uni	600	R\$ 2,59	R\$ 1.554,00
79	Curva 180°, PVC rígido, de 3/4", p/ eletroduto	uni	1000	R\$ 4,37	R\$ 4.370,00
80	Curva 180°, PVC rígido, de 1", p/ eletroduto	uni	500	R\$ 4,96	R\$ 2.480,00
81	Curva 180°, PVC rígido, de 1.1/2", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 9,15	R\$ 3.660,00
82	Curva 180°, PVC rígido, de 1.1/4", p/ eletroduto	uni	300	R\$ 8,43	R\$ 2.529,00
83	Luva, PVC rígido, de 1/2", p/ eletroduto	uni	2400	R\$ 2,07	R\$ 4.968,00
84	Luva, PVC rígido, de 3/4", p/ eletroduto	uni	4000	R\$ 1,67	R\$ 6.680,00
85	Luva, PVC rígido, de 1", p/ eletroduto	uni	1200	R\$ 1,33	R\$ 1.596,00
86	Luva, PVC rígido, de 1.1/2", p/ eletroduto	uni	800	R\$ 2,11	R\$ 1.688,00
87	Luva, PVC rígido, de 1.1/4", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 3,02	R\$ 1.208,00
88	Arruela em alumínio, c/ rosca, de 1/2", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 0,69	R\$ 276,00
89	Arruela em alumínio, c/ rosca, de 3/4", p/ eletroduto	uni	800	R\$ 1,71	R\$ 1.368,00
90	Arruela em alumínio, c/ rosca, de 1", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 1,30	R\$ 520,00
91	Arruela em alumínio, c/ rosca, de 1.1/2", p/ eletroduto	uni	300	R\$ 3,38	R\$ 1.014,00
92	Arruela em alumínio, c/ rosca, de 1.1/4", p/ eletroduto	uni	200	R\$ 2,03	R\$ 406,00
93	Bucha de redução, roscável, PVC rígido, 3/4"x1/2", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 4,04	R\$ 1.616,00
94	Bucha de redução, roscável, PVC rígido, 1"x3/4", p/ eletroduto	uni	400	R\$ 6,31	R\$ 2.524,00

95	Bucha de redução, roscável, PVC rígido, 1.1/2"x1", p/ eletroduto	uni	200	R\$ 13,30	R\$ 2.660,00
96	Bucha de redução, roscável, PVC rígido, 1.1/4"x1.1/2", p/ eletroduto	uni	120	R\$ 13,05	R\$ 1.566,00
97	Refletor LED c/ placa solar 40w	uni	400	R\$ 287,50	R\$ 115.000,00
98	Refletor LED c/ placa solar 60w	uni	200	R\$ 310,00	R\$ 62.000,00
99	Refletor LED c/ placa solar 100w	uni	200	R\$ 504,40	R\$ 100.880,00
100	Refletor LED 40w	uni	400	R\$ 52,53	R\$ 21.012,00
101	Refletor LED 60w	uni	200	R\$ 96,48	R\$ 19.296,00
102	Refletor LED 100w	uni	200	R\$ 63,24	R\$ 12.648,00
103	Sensor de presença: Possui LED indicador de funcionamento que pisca a cada 0,5 segundos por detecção; Voltagem universal: 110V - 220V (Bivolt automático);	uni	200	R\$ 76,86	R\$ 15.372,00
VALOR TOTAL					R\$ 1.180.698,00

13.2. O valor estimado da contratação é de **R\$ 1.180.698,00 (um milhão, cento e oitenta mil, seiscentos e noventa e oito reais)**, de forma parcelada, conforme demonstrado da forma de contratação sugerida, levando em consideração o DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA.

14. DA REFERÊNCIA DE PREÇOS:

O orçamento estimado foi obtido através da média das propostas de preços obtidas pelo preço praticado por outros órgãos públicos e/ou fornecidas por empresas especializadas do ramo, conforme demonstrado no Quadro Comparativo de Pesquisa de Mercado.

15. PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS:

Com o valor total de **R\$ 1.180.698,00 (um milhão, cento e oitenta mil, seiscentos e noventa e oito reais)**, vai satisfazer e suprir as necessidades da contratação.

16. DA PROPOSTA DE PREÇOS:

As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com este termo, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando:

Os preços unitários por item e o valor global da proposta;

Poderá ser acompanhada de folder/prospecto/catálogo do produto ofertado para comprovação das especificações técnicas do objeto;

A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado.

17. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Item, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

18. SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA:

É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo.

19. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

A priori, a Prefeitura Municipal de Terra Alta apoia e coopera com todas as iniciativas para sustentabilidade, e os alimentos que serão adquiridos não possuem potencialidade de risco ambiental.

20. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: (BASE LEGAL: ARTS. 25 E 156 DA LEI 14.133/2021):

Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, da Lei nº 14.133,21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento contratual.

Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Municipais, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF.

A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do

Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Contratante proceder à cobrança judicial.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Contratante.

De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

- Inexecução total ou parcial do contrato;
- Apresentação de documentação falsa;
- Comportamento inidôneo;
- Fraude fiscal;
- Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à contratante ou a terceiros.

As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Contratante em virtude de atos ilícitos praticados.

21. DA HABILITAÇÃO:

21.1. Da Habilitação Jurídica, Econômico-financeira, Fiscal, Social e Trabalhista

21.1.1. Habilitação Jurídica

No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de

Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 7.775, de 2012;

No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. i) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva."

Prova de Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica nos órgãos de registro competente.

Documentos Pessoais do Representante, no caso de Pessoa Jurídica.

Prova de Inscrição no CPF ou CNPJ.

21.1.2. Habilitação Econômico-financeira

Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, será verificado pela Prefeitura Municipal de Bujaru se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

Balanço Patrimonial referente ao último exercício social ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais

quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

21.1.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

Certidão de Regularidade de Débitos relativa às Contribuições Sociais e com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

Declaração de Inexistência de Empregados Menores de 18 anos, salvo da condição de menor aprendiz, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF/88.

21.1.4. Qualificação Técnica

a) Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de fornecimento similares ao objeto desta licitação.

22. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO:

Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, inciso IX e, ainda, o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas:

Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que, neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.

23. DAS OBRIGAÇÕES:

23.1. DA CONTRATADA

Além daqueles exigidos em Lei a empresa (as) detentora do certame deverá:

- a. Entregar objeto da contratação no prazo fixado e em estrita conformidade com as especificações e quantitativos especificados neste Termo de Referência;
- b. Substituir em até 05 (cinco) dias os materiais que, após a entrega, apresentarem defeitos ou não estiverem de acordo com as especificações deste Termo;
- c. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos materiais, reservado a CONTRATANTE o direito de recusar se os materiais que não estiverem em conformidade com o objeto contratado;
- d. Comunicar por escrito a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 horas, os motivos que, eventualmente, impossibilitem o fornecimento no prazo estipulado;
- e. Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições de habilitação;
- f. Entregar o objeto licitado no preço, forma e prazo estipulados na proposta;
- g. Responsabilizarem-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto.
- h . Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas em legislação específica de acidentes trabalho quando em ocorrência de espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho de suas atribuições ou em contato com eles, ainda que a ocorrência tenha sido nas dependências da CONTRATANTE;
- i. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.
- j. Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na execução dos serviços.

23.2. DO ÓRGÃO REQUISITANTE:

- a . Promover o acompanhamento e o recebimento do objeto, verificando se está em conformidade com o que foi solicitado nas especificações/quantitativos contidos neste Projeto;
- b. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem as especificações;
- c . Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital.

24.DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO (ART. 71 DA LEI Nº 14.133/21):

24.1. Nos termos do art. 71 da Lei n.º 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

24.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei n.º 14.133/2021.

24.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

24.4. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um gestor e um fiscal especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido na Lei Federal n.º 14.133/2021, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual ou documento equivalente.

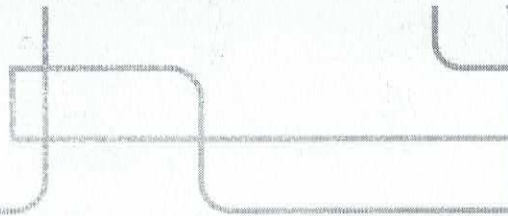
25.DO PAGAMENTO:

25.1 A CONTRATADA deverá apresentar a NOTA Fiscal e fatura correspondentes ao produto/serviço a Prefeitura Municipal de Terra Alta/ Secretarias vinculadas.

25.2 Os produtos/serviços deverão ser, rigorosamente, aqueles descritos na (s) Nota Fiscal, sendo que, na hipótese de prestação diversa, o pagamento ficará, em sua totalidade, suspenso até a respectiva regularização.

25.3 O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e Nota de Empenho e vinculado à conta corrente.

25.4 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



25.5 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

25.6 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação relativa a regularidade fiscal, nos termos da Lei n. 14.133/2021.

25.6.1 Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

25.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

25.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

25.9 Antes de cada pagamento à contratada será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

25.10. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

25.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

25.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

25.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

25.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

25.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

26. DOS CASOS OMISSOS:

As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei Federal nº 14.133/21, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

27. DO FORO:

As partes elegem o foro da Comarca de Terra Alta/PA, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir os possíveis litígios que decorram do presente procedimento.

28. ANEXOS:

- Documento de Oficialização de Demanda.
- Estudo Técnico Preliminar.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS:

29.1– O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

29.2– É facultado ao agente, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da contratação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

29.3– Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo agente, sob pena de desclassificação/inabilitação. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

29.4– As normas que disciplinam este processo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

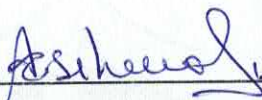
29.5– É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica, a representação, na presente licitação em mais de uma empresa.

29.6– Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente processo e seus anexos deverá ser encaminhado através do próprio sistema do Portal de Compras Públicas.

29.7- Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência que corresponde à contratação sob demanda de materiais gráficos para os eventos e ações a serem realizados no ano de 2025. O Termo de Referência está adequado ao que dispõe a legislação vigente.

Terra Alta/PA, 19 de agosto de 2025.

Ana Carla Rodrigues
Secretária de Administração
Terra Alta
MAT. 60402



ANA CARLA DA SILVA COSTA

Secretária Municipal de Administração